

Segurança e autismo

*Carlos Alberto da Costa Gomes

O Estado brasileiro tomou a iniciativa histórica de discutir a segurança pública. A sociedade, os trabalhadores da segurança e os dirigentes foram convocados para primeira conferência nacional de segurança pública. A organização contempla uma fase municipal, uma estadual e será concluída em Brasília, com os representantes eleitos nestas fases propondo e votando as bases de nossa Política Nacional de Segurança Pública. A política por sua vez orientará os planos e projetos para resolver a questão que assusta a todos.

Sabemos que uma conferência não tem o poder de resolver instantaneamente qualquer que seja o problema, mas orienta, produz diretriz e descobre o caminho para a solução. Por isso, no mundo todo, ocorrem inúmeras conferências onde se buscam o consenso e a solução para os mais diversos problemas da humanidade. Foi numa conferência que se promulgaram os direitos inalienáveis do homem, base estruturante de todos os Estados no mundo de hoje.

Na Bahia a conferência não anda. A sociedade civil ocorreu de imediato às primeiras reuniões e as diversas organizações presentes discutiram e votaram escolhendo seus representantes. Os trabalhadores da segurança estavam presentes em pequeno número, mas devido a fatores que só eles podem explicar, não elegeram ou se elegeram esqueceram de comunicar aos demais, gerando o desconforto de interpelações dos dirigentes de seus sindicatos, que são muitos, em outra reunião. As autoridades que deveriam ter o maior interesse mostram-se tímidas ou alienadas do processo, deixando na mão de terceiros uma responsabilidade que é prioritariamente sua: Construir a política de segurança pública da Bahia. Este é o real dever de governo, executar é o trabalho dos técnicos.

Quem deveria ter dado a partida no processo, o primeiro representante escalado pela SSP “teve” de ausentar-se para um curso e “foi substituído” por outro, exemplo claro da falta de importância que se atribuiu à conferência. Também não se compreende que a representação da sociedade não esteja subordinada ao Estado, mas trabalhando para suprir uma falha dele, portanto, não dirá coisas politicamente agradáveis. É o exercício da democracia moderna - aquela na qual o cidadão tem o dever de participar - que ainda não é aceita. Usando-se as mais diferentes justificativas, próprias de quem está mais acostumado a negar do fazer, a publicação no diário Oficial do Estado da Comissão Coordenadora Estadual foi atrasada dificultando a capacitação dos membros e a partida para uma conferência estadual verdadeira, madura, representativa. Os Municípios estão estagnados em meio à paralisia do Estado.

Mais uma vez a Bahia está na contramão. Adaptando as palavras de Gey Espinheira, podemos concluir: “O Estado segue autista, incapaz de ver a realidade, de interagir com a sociedade”.

* Coordenador do Observatório de Segurança Pública da Bahia
carlos.gomes@unifacs.br